

Texto para
DISCUSSÃO



**A LENTA RECUPERAÇÃO DOS
EMPREGOS EXTINTOS NA CRISE:
A REALIDADE CEARENSE**

JANEIRO / 2020

Estudo elaborado pelo Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT) - Organização Social Decreto Estadual nº 25.019, de 03/07/98.

8

TEXTO PARA DISCUSSÃO

Fortaleza, janeiro de 2020

Análise e Redação

Mardônio de Oliveira Costa

Editoração eletrônica e layout

Ana Clara Braga Meneses

Revisão

Regina Helena Moreira Campelo

Correspondências para:

Instituto de Desenvolvimento do Trabalho - IDT

Av. da Universidade, 2596 - Benfica

CEP 60.020-180 Fortaleza-CE

Fone: (85) 2180-6210

Endereço eletrônico: idt@idt.org.br

Instituto de Desenvolvimento do Trabalho - IDT

Presidente

Antônio Gilvan Mendes de Oliveira

Diretora Administrativo-Financeira

Sheila Maria Freire Cunha

Diretor de Promoção do Trabalho e Empreendedorismo

Francisco das Chagas Nascimento Araújo

Conforme já reiterado diversas vezes, a profunda recessão pela qual passou a economia brasileira, entre meados de 2014 e fins de 2016, impactou muito negativamente o mercado de trabalho nacional, como atestam indicadores diversos, notadamente os de desocupação, indicador que alcançou valor máximo no primeiro trimestre de 2017, de informalidade, de subutilização da força de trabalho, de desalento, dentre outros, como o prolongamento do tempo de desocupação indicado pela crescente proporção de desocupados com tempo de procura de trabalho de dois anos ou mais, que tem alcançado valores recordes no segundo e terceiro trimestres de 2019 no Brasil e no Ceará, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A extinção de vagas com vínculos formais de trabalho é outra evidência robusta e relevante dos danos causados à geração de emprego durante a citada recessão. No biênio 2015/2016, a economia brasileira destruiu 2,9 milhões de empregos com carteira assinada e a cearense, 71,3 mil, conforme o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia.

Ademais, com base no cálculo da taxa composta de subutilização da força de trabalho, números da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) do IBGE estimam que as economias brasileira e cearense necessitam criar 27,4 milhões e 1,4 milhão de empregos, respectivamente, dados do trimestre até setembro de 2019, referentes ao total de indivíduos de 14 anos ou mais de idade desocupados ou subutilizados por insuficiência de horas trabalhadas ou na força de trabalho potencial, essa última constituída principalmente pelos desalentados, aqueles que deixaram de buscar trabalho por já terem perdido a esperança de obtê-lo por diversas razões.

Mesmo com o final da recessão em 2016, os três anos que se seguiram foram de lenta retomada da atividade econômica, fator determinante para postergar uma melhora mais substantiva do emprego, especialmente uma queda mais acentuada da desocupação que ainda atinge 11% da força de trabalho nacional, penalizando 12,5 milhões de brasileiros e 467 mil cearenses no terceiro trimestre de 2019.

Diante da frágil e incipiente recuperação do mercado de trabalho nacional dos últimos três anos, refletindo o medíocre crescimento da economia e fundada no avanço das ocupações informais, o presente estudo objetiva aferir mais precisamente em que medida tem ocorrido a reposição dos empregos com registro em carteira extintos nos anos de 2015 e 2016, nas esferas nacional, regional e, particularmente, no estado do Ceará, para o qual são disponibilizadas análises mais pormenorizadas, utilizando-se de recortes analíticos diversos.

Para tanto, são analisados os números do emprego formal disponibilizados pelo CAGED (séries com ajustes) referentes aos anos de 2015 a 2019 (até novembro), subdivididos em dois subperíodos para fins de comparação: o biênio 2015/2016 (anos de crise econômica) e o triênio 2017/2019 (anos de discreto crescimento).

A RECUPERAÇÃO PARCIAL DOS EMPREGOS EXTINTOS – UM ENFOQUE REGIONAL

Corroborando com a afirmação anterior, o Brasil e todas as suas diversas regiões geográficas apresentaram redução do emprego com carteira assinada nos anos de 2015 e 2016. Foram 2,9 milhões de empregos perdidos no País, onde a região Sudeste (1,7 milhão de empregos a menos) ficou com 58,67% das perdas e o Nordeste (menos 495,7 mil empregos), com 17,24% do prejuízo. Por conseguinte, seis de cada dez empregos extintos estavam localizados no Sudeste brasileiro e, no outro extremo, o Centro-Oeste foi a região menos penalizada com a destruição de postos de trabalho, cujo registro negativo foi de 135,2 mil empregos (Tabela 1).

Tabela 1 – Número de empregos com registro em carteira gerados por região – Brasil – 2015 – 2019¹

Região	2015	2016	Saldo de 2015/2016	2017	2018	2019	Saldo de 2017/2019
Norte	-100.297	-80.415	-180.712	-26	28.161	45.883	74.018
Nordeste	-256.487	-239.239	-495.726	-14.424	80.639	112.127	178.342
Sudeste	-898.074	-788.558	-1.686.632	-76.600	251.706	472.179	647.285
Sul	-230.184	-146.472	-376.656	33.395	102.223	207.939	343.557
C. Oeste	-67.911	-67.310	-135.221	36.823	66.825	110.198	213.846
Brasil	-1.552.953	-1.321.994	-2.874.947	-20.832	529.554	948.344	1.457.066

Fonte: Ministério da Economia, Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).

Nota: (1) Valores até novembro de 2019.

O emprego formal no País volta a crescer no triênio 2017/2019, com mais consistência em 2018/2019, mesmo porque ainda houve eliminação de emprego nas regiões Norte (-26 vagas), Nordeste (-14,4 mil) e Sudeste (-76,6 mil) em 2017. Nesse ano, só houve saldo positivo de emprego nas regiões Centro-Oeste (36,8 mil) e Sul (33,4 mil).

Mas no acumulado dos últimos três anos até novembro de 2019, os quantitativos de emprego foram positivos no Brasil e em todas as regiões, quando fora criado 1,5 milhão de empregos formais no País, o que significa dizer que o mercado voltou a contratar, embora de forma moderada. Esse movimento vem ocorrendo de forma disseminada e ganhando força em todas as regiões brasileiras, na medida em que o número de empregos gerados no Brasil em 2019 (948,3 mil) foi quase duas vezes maior que em 2018 (529,6 mil), com todas as regiões contribuindo para tal.

Desta feita, as regiões Sudeste (647,3 mil) e Sul (343,6 mil) foram responsáveis por 44,42% e 23,58% dos empregos gerados no País no triênio, ou seja, sete de cada dez novos empregos estavam localizados nas regiões Sudeste ou Sul. O Nordeste brasileiro (178,3 mil empregos) ficou com apenas 12,24% dos empregos gerados, parcela inferior à sua participação nos empregos extintos (17,24%), exatamente cinco pontos percentuais a menos.

Mas comparando o total de empregos gerados em 2017/2019 em relação aos empregos destruídos em 2015/2016, como foram as performances do Brasil e suas regiões?

Como já sinalizado na parte introdutória, os resultados não são muito animadores, repercutindo especialmente o moderado ritmo da atividade econômica. Segundo o CAGED, o mercado de trabalho brasileiro, que havia perdido 2,9 milhões de empregos em 2015/2016, gerou somente 1,5 milhão de empregos em 2017/2019, concluindo-se que, no território nacional, fora repostos apenas 50,68% dos empregos extintos na crise, o que pode ser apreendido na Tabela 1. Nesse contexto, foram contabilizados 39,4 milhões de vínculos de empregos ativos no Brasil, ou seja, o estoque total de emprego celetista do País em novembro de 2019, segundo a mesma fonte.

Na desagregação por regiões geográficas, o Centro-Oeste brasileiro é o destaque nacional, posto que o saldo de emprego de 2017/2019 (213,8 mil) superou em muito o número de empregos eliminados em 2015/2016 (135,2 mil), isto é, o resultado foi 158,15% mais elevado, com a geração líquida de 78,6 mil vagas. Verifica-se também que a região foi a menos penalizada pelo fechamento de vagas para emprego formal no País em 2015/2016, como já ressaltado anteriormente, o que, em boa medida, deve ter viabilizado a recomposição do nível de emprego anterior ou mesmo ampliá-lo, como foi o caso.

Em seguida, vêm as regiões Sul, com a reposição de 91,21% dos empregos extintos, Norte (40,96%), Sudeste (38,38%) e, por último, Nordeste, com a reposição de apenas 35,98% dos empregos perdidos, o menor percentual dentre as regiões analisadas. Nesse caso, enquanto o saldo de emprego acumulado de 2015/2016 sinalizava a perda de 495,7 mil empregos, a segunda perda mais significativa dentre as regiões, o de 2017/2019 fora de apenas 178,3 mil, o quarto menor, cenário que indica que o Nordeste foi a região com a maior dificuldade de recuperar os empregos destruídos durante a recessão de 2015/2016, sendo as regiões Centro-Oeste e Sul as mais bem sucedidas.

UMA AVALIAÇÃO DA RECUPERAÇÃO DOS EMPREGOS EXTINTOS – UM ENFOQUE ESTADUAL

Focando a análise nos estados nordestinos, região com a menor taxa de recuperação dos empregos perdidos na crise, a situação mais crítica é a de Alagoas em decorrência de saldos negativos nos dois interstícios analisados, uma vez que os desligamentos de trabalhadores suplantaram as admissões nos anos de 2015 a 2018, acumulando um saldo negativo de 25,1 mil empregos no período, o que não foi, nem de longe, compensado pelo saldo de emprego de 2019 (1,8 mil) (Tabela 2).

Em situação também nada favorável encontra-se Pernambuco, uma das três maiores economias da região. Com o segundo maior saldo negativo (menos 138,3 mil vagas) do Nordeste, no biênio 2015/2016, a economia pernambucana só conseguiu gerar 10,5 mil empregos no triênio 2017/2019, o equivalente a somente 7,62% dos empregos perdidos.

Os dois estados com os melhores desempenhos foram o Piauí, com a reposição de quase todos os empregos eliminados (99,39%) e o Maranhão (75,90%), posto que repôs 26,2 mil dos 34,5 mil empregos perdidos.

Tabela 2 – Número de empregos com registro em carteira gerados por estado – Região Nordeste – 2015 – 2019¹

Estados	2015	2016	Saldo de 2015/2016	2017	2018	2019	Saldo de 2017/2019
Maranhão	-16.499	-18.036	-34.535	1.221	9.649	15.342	26.212
Piauí	-2.304	-12.893	-15.197	4.540	5.662	4.903	15.105
Ceará	-33.826	-37.499	-71.325	-2.139	23.081	13.564	34.506
R. G. Norte	-12.066	-15.806	-27.872	848	5.542	6.952	13.342
Paraíba	-15.253	-11.810	-27.063	-3.485	5.377	9.233	11.125
Pernambuco	-89.782	-48.486	-138.268	-6.612	2.023	15.131	10.542
Alagoas	-4.965	-11.765	-16.730	-8.255	-157	1.828	-6.584
Sergipe	-5.136	-15.653	-20.789	-1.381	841	3.210	2.670
Bahia	-76.656	-67.291	-143.947	839	28.621	41.964	71.424
Nordeste	-256.487	-239.239	-495.726	-14.424	80.639	112.127	178.342

Fonte: Ministério da Economia, Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).

Nota: (1) Valores até novembro de 2019.

Os demais estados da região acusaram uma taxa de reposição entre 40% e 50%, na seguinte ordem: Bahia (49,62%), Ceará (48,38%), Rio Grande do Norte (47,87%) e Paraíba (41,11%). Assim sendo, o estado do Ceará deteve a quarta maior taxa de reposição do emprego entre os nove estados da região, taxa similar à da Bahia, cujas primeiras colocações foram ocupadas pelos estados do Piauí e do Maranhão.

No caso específico do Ceará, foram verificados saldos negativos de emprego no triênio 2015/2017, quando foram suprimidos 73,5 mil empregos com carteira assinada. Essa realidade fora amenizada em 2018/2019, com a criação acumulada de 36,6 mil vagas. Esses quantitativos evidenciam que, nos últimos dois anos, o mercado de trabalho cearense só conseguiu recuperar 49,88% dos empregos perdidos no triênio 2015/2017.

Ao se comparar o saldo de emprego de 2017/2019 em relação ao de 2015/2016, chega-se a uma taxa de reposição de 48,38%, o que significa dizer que a economia cearense conseguiu repor apenas cinco de cada dez empregos extintos em 2015/2016. Em valores absolutos, nos três anos de expansão da economia estadual (2017/2019), foram repostos apenas 34,5 mil dos 71,3 mil empregos extintos na crise (2015/2016), o segundo maior saldo positivo de emprego dentre os estados nordestinos e, ainda assim, com um déficit de 36,8 mil empregos formais.

Além disso, ao se analisarem mais detidamente os dados da Tabela 2, gera preocupação o fato de o Ceará ter sido o único estado do Nordeste em que o número de empregos gerados em 2019 (até novembro) (13,6 mil) fora substancialmente menor que o de 2018 (23,1 mil), o que indica uma recuperação em ritmo ainda mais lento do que a dos demais estados da região nos anos referidos, deixando transparecer uma perda de dinamismo do mercado de trabalho estadual em 2019 diante do ano anterior.

A RECUPERAÇÃO PARCIAL DOS EMPREGOS EXTINTOS NO CEARÁ

Inicialmente, abrindo os dados do Ceará para a região metropolitana de Fortaleza (RMF) e o Interior cearense, como foi a evolução do emprego formal nessas áreas, no período tomado para análise? É do que se tratam as considerações a seguir, a partir da apreciação dos valores dispostos na Tabela 3.

Antes, porém, deve-se lembrar que a região metropolitana de Fortaleza é responsável por grande parte do Produto Interno Bruto (PIB) do estado, aproximadamente 62%, consequentemente responde proporcionalmente mais pelo estoque e geração de emprego estadual, podendo-se afirmar que as alterações na conjuntura econômica da região impactam relativamente bem mais no mercado de trabalho cearense, comparativamente às alterações ocorridas no Interior do estado.

Dessa forma, o padrão mais geral da evolução do emprego nos subperíodos selecionados descrito anteriormente não muda, independente de se tratar da RMF ou do Interior cearense. Há diminuição do número de empregos em 2015 e 2016, avançando até 2017, especificamente na RMF, o que determinou o resultado estadual do mesmo ano, realidade atenuada em 2018 e, em menor medida, em 2019 (Tabela 3).

Tabela 3 – Número de empregos com registro em carteira gerados por região – Estado do Ceará – 2015 – 2019¹

Região	2015	2016	Saldo de 2015/2016	2017	2018	2019	Saldo de 2017/2019
Estado do Ceará	-33.826	-37.499	-71.325	-2.139	23.081	13.564	34.506
Reg. Met. Fortaleza	-30.121	-30.963	-61.084	-2.283	11.829	5.660	15.206
Interior	-3.705	-6.536	-10.241	144	11.252	7.904	19.300

Fonte: Ministério da Economia, Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).

Nota: (1) Valores até novembro de 2019.

Mais pormenorizadamente, no biênio 2015/2016, o mercado de trabalho da RMF fechou 61,1 mil vagas e o do Interior, 10,2 mil e os saldos positivos acumulados no triênio 2017/2019 foram de respectivos 15,2 mil e 19,3 mil empregos, com o Interior alcançando um saldo 26,92% maior do que o da RMF.

Esses dados demonstram que a capacidade de geração de empregos da RMF foi bem mais impactada pela recessão econômica, uma vez que ela eliminou seis vezes mais empregos, sendo responsável por 85,64% dos empregos extintos no Ceará em 2015/2016, e, mesmo respondendo por 62% do PIB estadual, gerou menos empregos do que o Interior nos três anos seguintes. Adicionalmente, o mercado de trabalho da RMF mostrou-se menos dinâmico em 2019, uma vez que o número de novos empregos (5,7 mil) nesse ano equivaleu à metade do gerado em 2018 (11,8 mil), o que inviabilizou uma recuperação mais significativa do mercado de trabalho formal do estado.

E mais, há um certo equilíbrio no número de empregos gerados nas duas áreas em 2018, sendo que, no ano seguinte, a geração de emprego do Interior (7,9 mil) ultrapassou a da RMF (5,7 mil) em 39,65%, indícios de uma melhora mais robusta do mercado de trabalho do Interior cearense nos últimos dois anos.

Dessa forma, chega-se à conclusão de que a economia do Interior do estado já repôs os empregos celetistas destruídos (10,2 mil), além de registrar um incremento de 9,1 mil empregos, enquanto a RMF recuperou somente $\frac{1}{4}$ dos empregos perdidos, o que aponta para um déficit de 45,9 mil empregos com registro em carteira para apenas recompor o nível de emprego vigente na região no final de 2014.

Na verticalização dos dados por subsetor de atividade, constata-se que, no estado do Ceará, a recessão econômica de 2015 e 2016 afetou sobremaneira a oferta de emprego na indústria de transformação (menos 27,2 mil empregos), na construção civil (27,0 mil empregos extintos) e, em menor escala, no comércio (10,1 mil empregos subtraídos), dentre outros, posto que as dispensas de empregados ocorreram em maior número do que as contratações em sete dos oito subsetores analisados, exceto na administração pública, que gerou apenas 462 empregos nesses dois anos (Tabela 4). Coube à indústria de transformação e à construção civil a parcela de nada menos do que 76,01% dos empregos com carteira assinada destruídos no Ceará no biênio em questão.

Esse cenário é um pouco melhor no acumulado de 2017/2019, mas dois subsetores ainda registraram saldos negativos: destacadamente a construção civil (4,0 mil empregos eliminados) e a extrativa mineral (apenas 48 empregos a menos). Atentar para o fato de que, ao longo desses cinco anos, o subsetor da construção eliminou 31,0 mil empregos formais no estado, no que foi acompanhado pela indústria de transformação (26,9 mil a menos), totalizando 57,8 mil empregos extintos, de longe, os dois subsetores mais atingidos pela crise no que concerne ao emprego.

Tabela 4 – Número de empregos com registro em carteira gerados por subsetor de atividade – Estado do Ceará – 2015 – 2019¹

Subsetor de atividade	2015	2016	Saldo de 2015/2016	2017	2018	2019	Saldo de 2017/2019
Extrativa Mineral	-234	-231	-465	-305	182	75	-48
Ind. Transformação	-17.513	-9.688	-27.201	-3.798	3.872	276	350
SIUP	627	-2.423	-1.796	496	-177	404	723
Construção Civil	-12.164	-14.850	-27.014	-2.070	416	-2.325	-3.979
Comércio	-3.114	-6.944	-10.058	524	2.489	1.015	4.028
Serviços	-3.027	-1.141	-4.168	2.809	16.269	12.800	31.878
Adm. Pública	567	-105	462	511	95	302	908
Agropecuária	1.032	-2.117	-1.085	-306	-65	1.017	646
Total	-33.826	-37.499	-71.325	-2.139	23.081	13.564	34.506

Fonte: Ministério da Economia, Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).

Nota: (1) Valores até novembro de 2019.

Por outro lado, o destaque positivo ficou por conta dos serviços, que geraram 31,9 mil empregos no citado triênio, registrando expansão do emprego em todos os três anos, apesar da perda de ritmo em 2019 (12,8 mil) frente ao ano anterior (16,3 mil). De fato, os serviços foram responsáveis por quase todo o emprego gerado no estado no triênio em análise, mais precisamente 92,38%, evitando, assim, um recuo mais intenso do emprego formal no Ceará.

Nessa conjuntura, o subsetor de serviços consegue repor o nível de emprego de antes da crise, na medida em que este fechou 4,2 mil vagas, em 2015/2016, e registrou um incremento de 31,9 mil empregos em 2017/2019, no que foi acompanhado pela administração pública, onde ocorreu discreta expansão nos dois subperíodos.

Exceto algumas particularidades, as conclusões das análises desagregadas por subsetor de atividade para o estado do Ceará podem ser estendidas tanto para a RMF quanto para o Interior cearense, como no caso dos subsetores que detiveram as maiores perdas de emprego, como a indústria de transformação e a construção civil que, conjuntamente, perderam 50,0 mil e 7,9 mil empregos, respectivamente, nos cinco anos analisados e, por isso mesmo, não conseguiram repor o estoque de emprego de dezembro de 2014, até porque, na RMF, os saldos de emprego desses subsetores foram negativos nos dois subperíodos tomados para análise.

Nessas circunstâncias, de cada dez empregos eliminados na construção civil nove ocorreram na RMF e, no caso da indústria de transformação, oito empregos perdidos foram contabilizados na RMF. Ademais, no acumulado dos dois subsetores, para cada emprego extinto no Interior do estado foram seis a menos na RMF.

Entre 2015 e 2019 (até novembro), no estado do Ceará, a construção civil perdeu 31,0 mil postos de trabalho, dos quais 28,5 mil (92,10%) na RMF e 2,4 mil (7,90%) no Interior. Na indústria de transformação, coube à RMF 21,4 mil (79,76%) dos 26,9 mil empregos extintos no estado, ficando o Interior com a perda de 5,4 mil (20,24%), números que ratificam a afirmação anterior sobre o maior impacto da crise no mercado de trabalho da área metropolitana (Tabelas 5 e 6).

Tabela 5 – Número de empregos com registro em carteira gerados por subsetor de atividade – Região Metropolitana de Fortaleza – 2015 – 2019¹

Subsetor de atividade	2015	2016	Saldo de 2015/2016	2017	2018	2019	Saldo de 2017/2019
Extrativa Mineral	-96	-174	-270	-126	38	-33	-121
Ind. Transformação	-11.912	-7.118	-19.030	-1.589	-188	-610	-2.387
SIUP	580	-2.302	-1.722	327	-405	316	238
Construção Civil	-10.018	-13.653	-23.671	-2.182	-1.108	-1.583	-4.873
Comércio	-3.109	-5.523	-8.632	215	1.442	-788	869
Serviços	-5.377	-2.045	-7.422	1.007	11.700	8.383	21.090
Adm. Pública	25	-20	5	-76	13	-4	-67
Agropecuária	-214	-128	-342	141	337	-21	457
Total	-30.121	-30.963	-61.084	-2.283	11.829	5.660	15.206

Fonte: Ministério da Economia, Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).

Nota: (1) Valores até novembro de 2019.

Tabela 6 – Número de empregos com registro em carteira gerados por subsetor de atividade – Interior do Ceará – 2015 – 2019¹

Subsetor de atividade	2015	2016	Saldo de 2015/2016	2017	2018	2019	Saldo de 2017/2019
Extrativa Mineral	-138	-57	-195	-179	144	108	73
Ind. Transformação	-5.601	-2.570	-8.171	-2.209	4.060	886	2.737
SIUP	47	-121	-74	169	228	88	485
Construção Civil	-2.146	-1.197	-3.343	112	1.524	-742	894
Comércio	-5	-1.421	-1.426	309	1.047	1.803	3.159
Serviços	2.350	904	3.254	1.802	4.569	4.417	10.788
Adm. Pública	542	-85	457	587	82	306	975
Agropecuária	1.246	-1.989	-743	-447	-402	1.038	189
Total	-3.705	-6.536	-10.241	144	11.252	7.904	19.300

Fonte: Ministério da Economia, Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).

Nota: (1) Valores até novembro de 2019.

Essa desagregação setorial possibilita a conclusão de que os serviços foram os maiores empregadores quer na RMF, quer no Interior, tendo êxito na recuperação do emprego, com os maiores saldos positivos em 2017/2019, o que favoreceu a reposição do nível de emprego de antes da crise, inclusive com adicionais de emprego similares na RMF (13,7 mil) e no Interior (14,0 mil), o que deixa evidente a importância do subsetor como gerador de emprego não só na metrópole cearense, mas também no Interior do estado.

Nesse caso, cabe ainda mencionar que, ao contrário do ocorrido na RMF, o comércio e a administração pública também já repuseram o nível de emprego de antes da crise no Interior do Ceará. No primeiro caso, foram criadas 3,2 mil vagas, com expansão cada vez mais consistente do emprego nos três últimos anos, ante a perda de 1,4 mil empregos em 2015/2016. No segundo, foi crescente a oferta de emprego formal nos dois subperíodos, o que adicionou 1,4 mil empregos ao mercado de trabalho Interiorano ao longo de todo o período analisado (Tabela 6).

Enfim, os números do saldo de emprego no estado do Ceará dos últimos três anos indicam que somente os subsetores de serviços e da administração pública recuperaram os empregos perdidos no mercado de trabalho local nos anos de 2015 e 2016, inclusive com um adicional de empregos mais evidente nos serviços. Na RMF, isto ocorreu notadamente nos serviços e, residualmente, na agropecuária, e no Interior, essa reposição foi mais generalizada, sendo também processada muito especialmente nos serviços e, em menores proporções, no comércio, na administração pública e nos serviços industriais de utilidade pública.

O presente estudo, utilizando-se dos números sobre o emprego assalariado com carteira assinada no País, disponibilizados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, objetiva aferir em que medida ocorreu a reposição dos empregos formais destruídos, por ocasião da crise econômica de 2015/2016, no período recente de lenta recuperação da atividade econômica de 2017 a 2019, no Brasil, com desagregações para as regiões geográficas, destacadamente a região Nordeste, com avaliação em âmbito de estado, focando especialmente a realidade do Ceará, com uma análise mais pormenorizada.

Na esfera nacional, apesar da melhora na oferta de emprego formal em 2018/2019, com a ocorrência de saldos de emprego positivos em ambos e um número ainda mais expressivo em 2019, o Brasil não conseguiu recuperar o nível de emprego formal de antes da crise, repercutindo o ocorrido nas diversas regiões geográficas do País, à exceção do Centro-Oeste que, para além da recomposição do estoque de emprego, gerou um adicional de 78,6 mil empregos. O fato é que a economia brasileira só conseguiu repor metade dos empregos extintos na crise e as regiões com os melhores resultados foram o Centro-Oeste e o Sul do País.

Essa realidade propiciou o avanço das relações informais de trabalho no Brasil, que hoje abrange 41,13% do total de ocupados, totalizando 38,8 mil pessoas trabalhando na informalidade no trimestre até novembro de 2019, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). O nível de informalidade do mercado de trabalho cearense é historicamente ainda mais elevado, alcançando a marca de 54,5%, com 2,0 milhões de trabalhadores no trimestre encerrado em setembro do mesmo ano.

Nesse tocante, o Nordeste brasileiro foi a região com maiores dificuldades, mesmo porque ficou com apenas 12,24% dos empregos gerados em 2017/2019, parcela inferior à dos empregos extintos (17,24%) na região em 2015/2016, registrando a menor taxa de reposição (35,98%) de todas as regiões.

No âmbito estadual, Alagoas e Pernambuco apresentaram as situações mais críticas e os estados do Piauí e Maranhão lograram os melhores resultados, cujos níveis de recuperação do emprego respectivos foram de 99,39% e 75,90%.

O Ceará, com uma taxa de reposição de 48,38%, conseguiu recompor quase metade dos empregos perdidos, detendo a quarta maior taxa dentre os estados nordestinos, taxa semelhante à da Bahia (49,62%), aproximou-se bem da média nacional (50,68%) e superou com folga a do Nordeste (35,98%), colocando o estado em uma situação relativamente confortável no contexto nordestino, apesar do déficit de 36,8 mil empregos, mesmo tendo gerado o segundo maior número de empregos, dentre os estados da região, no triênio 2017/2019.

A reposição de somente metade dos empregos perdidos no Ceará foi muito influenciada pelo moderado avanço do emprego na RMF, onde fora recuperado apenas ¼ dos empregos extintos, o que concretizou um déficit de 45,9 mil empregos com registro em carteira. Essa realidade só não se mostrou ainda mais deteriorada em virtude da performance bem mais positiva do mercado de trabalho do Interior, o qual, além de repor os empregos perdidos, gerou um adicional de 9,1 mil postos de trabalho assalariado.

A evolução conjuntural da economia cearense, entre os anos de 2015 e 2019, afetou sobremaneira a oferta de emprego na indústria de transformação e na construção civil, no estado, RMF e Interior e, em menor escala, no comércio da RMF. Mais precisamente, a indústria de transformação e a construção civil perderam nada menos do que 57,8 mil empregos com carteira assinada no Ceará nos últimos cinco anos, com forte concentração na RMF (50,0 mil).

No outro extremo, essa realidade foi amenizada pelos empregos gerados nos serviços (27,7 mil), independente da região analisada, o que revela a dependência da dinâmica do mercado de trabalho estadual do ritmo de atividade do referido subsetor. Ratificando essa argumentação, em novembro de 2019, o estado do Ceará tinha um total de 1,163 milhão empregados com carteira assinada, dos quais 516,7 mil trabalhando nos serviços, o que confere a esse subsetor uma participação de 44,41% no estoque celetista do estado, segundo o CAGED.

Por último, no Interior cearense, no qual essa reposição foi mais descentralizada, o estudo constata que o comércio, os serviços industriais de utilidade pública e a administração pública também já repuseram o nível de emprego de antes da crise, o que não acontecera na RMF.



**Av. Universidade, 2596 - Benfica - Fortaleza/Ceará
Fone: (85) 2180-6210 / www.sineidt.org.br**